

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E AMBIENTAIS
CURSO DE GESTÃO AMBIENTAL**

**CENÁRIO DE GESTÃO DA APA DA MICROBACIA DO RIO DOURADOS,
FÁTIMA DO SUL-MS.**

Iélita Caroline Oliveira Costa

**Dourados – MS
2014**

Iélita Caroline Oliveira Costa

**CENÁRIO DE GESTÃO DA APA DA MICROBACIA DO RIO DOURADOS,
FÁTIMA DO SUL-MS.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito para obtenção do título de bacharel em Gestão Ambiental.

Orientação: Prof. Dr. Paulino Barroso Medina Júnior

**Dourados – MS
2014**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulino Barroso Medina Junior – Orientador

Prof. Dr. Jairo Campos Gaona – Examinador

Prof. Dr. Joelson Gonçalves Pereira – Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico esta, bem como todas as minhas demais conquistas, aos meus amados pais (Ilson Vieira e Maria José) e a minha irmã (Laura Regina) que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

Aos meus pais e irmã, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Ao meu namorado, pessoa com quem amo partilhar a vida, obrigada pelo carinho, amor e paciência.

Agradeço também a todos os professores que me acompanharam durante a graduação, em especial ao Prof. Dr. Paulino Barroso Medina Júnior, responsável pela orientação deste trabalho.

A todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos de mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena.

SUMÁRIO

Lista de Figuras.....	vii
Lista de Quadros.....	viii
Lista de Tabelas.....	ix
Resumo.....	x
Abstract.....	xi
1. Introdução.....	1
2. Material e Métodos.....	3
3. Resultados e Discussões.....	5
3.1. Caracterização da Área.....	5
3.2. Percepção socioambiental da população de Fátima do Sul sobre a APA, sua relação com o ICMS Ecológico e com a efetividade de gestão da UC.....	6
3.3. Percepção socioambiental dos Líderes Políticos de Fátima do Sul sobre a APA, sua relação com o ICMS Ecológico e com a efetividade de gestão da UC.....	15
3.4. Efetividade de Gestão.....	18
4. Conclusão e Recomendações.....	23
5. Referências Bibliográficas.....	25
ANEXO I-A.....	27
ANEXO I-B.....	29
ANEXO III.....	31

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Distribuição do ICMS recebido pelos municípios no MS.....	2
Figura 2- APA da Microbacia do Rio Dourados, município de Fátima do Sul, MS.....	6
Figura 3- Perfil socioeconômico e cultural da população de Fátima do Sul-MS que participou da pesquisa.....	7
Figura 4- Percepção socioambiental da população de Fátima do Sul-MS, participante da pesquisa, em relação à APA.....	8
Figura 5- Definição de uma APA da população de Fátima do Sul-MS, participante da pesquisa.....	9
Figura 6- Percepção da população de Fátima do Sul-MS, participante da pesquisa, sobre a influência da APA nos aspectos socioeconômicos e ambientais da população.....	10
Figura 7- Percepção da população de Fátima do Sul-MS, participante da pesquisa, em relação aos cuidados com o meio ambiente, ações de uso sustentável e conservação da natureza.....	12
Figura 8- Percepção da influência pela população de Fátima do Sul-MS, participante da pesquisa, em relação as atividades econômicas do município.....	12
Figura 9- Percepção da população de Fátima do Sul-MS, participante da pesquisa, em relação ao ICMS Ecológico.....	13
Figura 10- Opinião da população de Fátima do Sul-MS, participante da pesquisa, sobre a definição de ICMS Ecológico.....	14

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Matriz de elementos e âmbitos do método RAPPAM.....	4
Quadro 2- Pontuação utilizada para análise do questionário do método RAPPAM.....	4

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Percepção dos Líderes Políticos de Fátima do Sul-MS, participantes da pesquisa, em relação à APA.....	16
Tabela 2- Percepção dos Líderes Políticos de Fátima do Sul-MS, participantes da pesquisa, em relação ao ICMS Ecológico.....	18
Tabela 3- Síntese da avaliação de efetividade de gestão da APA da Microbacia do Rio Dourados, segundo o método RAPPAM.....	19

Cenário de Gestão da APA da Microbacia do Rio Dourados, Fátima do Sul-MS.

COSTA, Iélita Caroline Oliveira; JÚNIOR, Paulino Barroso Medina

RESUMO

O presente estudo se propõe a avaliar a efetividade de gestão da Área de Proteção Ambiental da Microbacia do Rio Dourados, localizada na área rural do município de Fátima do Sul, MS. Este estudo parte da hipótese de que somente as APAs que sejam efetivamente implantadas e geridas podem colaborar para o desenvolvimento sustentável da região. A metodologia empregada no presente estudo está dividida em três etapas: 1) Caracterização geral e espacial da APA; 2) Avaliação da percepção socioambiental da população de Fátima do Sul sobre a APA e sua relação com o ICMS ecológico recebido pelo município; Avaliação da efetividade de gestão da APA através do método RAPPAM (*Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management*). Os resultados apontam que a população e as lideranças políticas têm baixos conhecimentos em relação à APA e ao ICMS Ecológico, o que está relacionado à inexistência de ações e instrumentos de gestão da UC, como plano de manejo, programas ambientais e conselho gestor. A APA encontra-se numa condição de gestão extremamente precária, alcançando apenas 27,09% da sua situação ótima. Como consequência, esta unidade de conservação não está contribuindo de maneira efetiva para a conservação dos recursos naturais e tampouco para a melhoria da qualidade de vida da população local. Desta forma, recomenda-se a implementação de ações efetivas de gestão da APA, em curto e médio prazo, para que a mesma cumpra seu papel de conservação dos recursos naturais e contribua com a melhoria dos aspectos socioeconômicos da região.

Palavras-Chave: Gestão Ambiental, Unidade de Conservação, ICMS Ecológico.

APA Management scenario of the Golden River Watershed, Fatima South-MS.

ABSTRACT

This study aims to evaluate the effectiveness of management of the Environmental Protection Area of Watershed Dourados river located in the rural area of the municipality of South Fatima, MS. This study starts from the assumption that only the APAs that are effectively deployed and managed can contribute to the sustainable development of the region. The methodology used in this study is divided into three steps: 1) general and spatial characterization of the APA; 2) Evaluation of environmental perception of South Fatima population on the APA and its relation to the ecological ICMS received by the municipality; Evaluation of the effectiveness of APA management through RAPPAM method (Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management) .The results show that the population and political leaders have low knowledge regarding the APA and the Ecological VAT, which is related to lack actions and UC management tools, such as management plan, environmental programs and management council. The APA is in a very precarious condition management, reaching only 27.09% of its great situation. As a result, this protected area is not contributing effectively to the conservation of natural resources or to the improvement of the local population's quality of life. Thus, it is recommended to adopt effective measures to APA management in the short and medium term, so that it meets its conservation role of natural resources and contribute to the improvement of socio-economic aspects of the region.

Keywords: Environmental Management, Conservation Unit, Ecological ICMS.

1. INTRODUÇÃO

Unidades de conservação são os espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Sob a denominação de Unidade de Conservação figuram diversas categorias, modalidades e formas de proteção à natureza, como: Parques Nacionais/ Estaduais/ Municipais, Estações Ecológicas, Reservas Extrativistas, Áreas de Proteção Ambiental (APA), entre outras, que estão descritas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000).

Segundo o SNUC, a Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000). As Áreas de Proteção Ambiental (APA) foram criadas a fim de promover uma abertura a uma forma alternativa e complementar de proteção da natureza, servindo perfeitamente para serem usadas em diversas situações de grande importância e com isso promover um maior desenvolvimento sustentável das localidades no entorno dessas unidades de conservação.

Segundo Artaza-Barrios e Schiavetti (2007, p.117), fica evidente que apenas o ato administrativo de criar uma UC não garante sua efetiva implementação, requerendo do órgão gestor (governo federal, estadual, municipal ou proprietário particular) estabelecer as condições adequadas de infraestrutura, de pessoal e de regularização fundiária que permitam de fato proteger a área.

Sabe-se que o manejo efetivo de UC depende de vontade, conhecimento e planejamento. É necessário ter um conhecimento claro dos problemas e de suas causas dentro de uma visão geral da unidade (Padovan, 2004).

A gestão das APAs deve buscar cumprir os objetivos de conservação das características ecológicas da área protegida, garantir a manutenção da qualidade de vida das populações residentes e promover o desenvolvimento a partir da sustentabilidade dos recursos naturais e do ordenamento do uso do solo. Segundo Viana e Ganem (2005), a gestão das Áreas de Proteção Ambiental (APA) deve:

- Cumprir os objetivos de conservação das características ecológicas da área protegida;
- Garantir a manutenção da qualidade de vida das populações residentes;
- Promover o desenvolvimento a partir da sustentabilidade dos recursos naturais e do ordenamento do uso do solo.

Um dos principais aspectos positivos das Unidades de Conservação é a possibilidade de promover a geração de renda e estimular o desenvolvimento regional e local, além de conservar a natureza. Dentre os instrumentos capazes de conectar as UCs à geração de desenvolvimento local e renda, destaca-se o ICMS Ecológico.

Segundo a Lei Estadual nº 4.219/12 (BRASIL, 2012), no Mato Grosso do Sul, a distribuição do ICMS está dividida do seguinte modo:

- 75% ficam com o Estado;
- 25% vão para os municípios.

Os 25% que são destinados aos municípios estão subdivididos em vários critérios que esses municípios devem obter. A Figura 1 esquematiza como se dá a distribuição desses 25% entre os municípios.

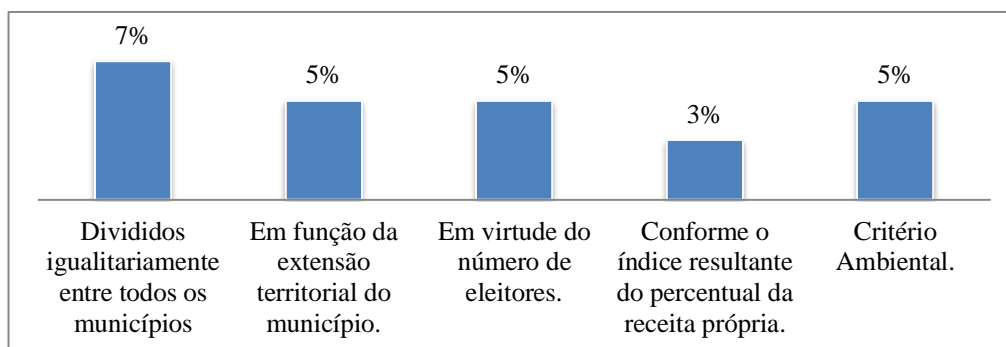


FIGURA 1- Distribuição do ICMS recebido pelos municípios no MS. (Adaptado da Lei Estadual nº4219/12)

De acordo com o Art. 4º da Lei Estadual Nº 4.219, de 11 de julho de 2012, que dispõe sobre o ICMS Ecológico, os 5% destinados ao critério ambiental estão divididos da seguinte maneira:

- I. 7/10 (sete décimos) serão destinados ao rateio entre os municípios que tenham em parte de seu território unidades de conservação da natureza, devidamente inscritas no cadastro estadual de unidades de conservação, e terras indígenas homologadas;
- II. 3/10 (três décimos) serão destinados ao rateio entre os municípios que possuam plano de gestão, sistema de coleta seletiva e disposição final de resíduos sólidos, devendo esta última estar devidamente licenciada.

O ICMS ecológico é um remanejamento da receita tributária, com base na proteção ambiental, que um município aplica no seu território. Este imposto não aumenta a carga tributária, sendo um instrumento econômico de compensação fiscal, que atende a várias demandas político-ambientais (NASCIMENTO et al, 2010).

Segundo Bensusan (2002), ao ICMS Ecológico são atribuídas duas funções primordiais:

A Função Compensatória beneficia os municípios que sofrem limitações quanto ao gerenciamento de seus territórios, em função da existência de Unidades de Conservação ou áreas com restrições de uso. Esses municípios geralmente recebem menos dinheiro quando da repartição feita pelo estado, pois normalmente têm menos atividades geradoras de arrecadação do ICMS (comércio, indústria e serviços). A Função Incentivadora atua como incentivo aos municípios, despertando o interesse em criar ou ampliar áreas de conservação ou outros critérios relevantes para o ICMS Ecológico, inclusive quanto aos aspectos qualitativos.

O objetivo deste trabalho é o de avaliar a efetividade de gestão da APA da Microbacia do Rio Dourados, localizada no município de Fátima do Sul, incluindo a percepção da população do município em relação à UC e ao ICMS Ecológico recebido em decorrência da sua existência, de forma a subsidiar a efetiva implementação e gestão da APA.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho foi conduzido pelo método de estudo de caso, em três etapas: 1) Caracterização geral e espacial da APA, aplicando-se técnicas de geotecnologias (*Quantum Giz*) e revisão documental; 2) Avaliação da percepção socioambiental da população de Fátima do Sul sobre a APA e sua relação com o ICMS ecológico recebido pelo município. Essa etapa foi executada através da aplicação de formulários de perguntas fechadas e abertas à população em geral (disponibilizados via *online* no sistema *Google drive* e divulgado nos sites de notícia da cidade e através das redes sociais) e aos principais tomadores de decisão pública do município (disponibilizados em versão impressa). Os formulários aplicados aos dois públicos são formados pelas mesmas perguntas, com exceção daquelas voltadas à obter informações socioeconômicas e culturais, não aplicadas aos tomadores de decisão (Anexo 1); 3) Avaliação da efetividade de gestão da APA, segundo Método RAPPAM, através da aplicação de formulário próprio de perguntas ao Gestor da UC (Anexo 2). O Método

RAPPAM (*Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management*), Implementação da Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Unidades de Conservação, foi construído pela WWF (World Wide Fund for Nature) (ERVIN, 2003a; ERVIN 2003b).

A matriz de avaliação da efetividade de manejo utilizada se baseia nos cinco elementos do ciclo de gestão e avaliação: contexto, planejamento, insumos, processos e produtos da gestão. O Quadro 1 apresenta a distribuição dos cinco elementos e seus âmbitos, que foram considerados nesse estudo.

QUADRO 1- Matriz de elementos e âmbitos do Método RAPPAM (Adaptado de WWF-Brasil, 2011)

ELEMENTO	ÂMBITOS
Contexto	Biológico; Socioeconômico e Vulnerabilidade.
Planejamento	Objetivo; Amparo Legal e Desenho.
Insumos	Recursos Humanos; Comunicação e Informação; Infraestrutura e Recursos Financeiros.
Processos	Planejamento e Gestão; Processo e Decisão e Pesquisa e Avaliação.
Resultados	Atividades desenvolvidas nos últimos dois anos.

Os âmbitos contêm de cinco a 12 questões cada. Para cada questão existem quatro alternativas de resposta: sim (s), não (n), predominantemente sim (p/s) e predominantemente não (p/n), cada um com sua devida pontuação. A pontuação para análise dos módulos é apresentada na Tabela 2.

Quadro 2 - Pontuação utilizada para análise do questionário do Método RAPPAM (Adaptado de WWF-Brasil, 2011).

Alternativas	Pontuação
Sim (s)	5 pontos
Predominante sim (p/s)	3 pontos
Predominante não (p/n)	1 ponto
Não (n)	0 pontos

Os dados foram analisados considerando a pontuação atribuída a cada resposta, o valor de cada elemento foi obtido somando-se a pontuação atribuída às questões que os compõe, sendo assim calculado o percentual em relação ao valor máximo. O resultado de efetividade de gestão obtido foi classificado segundo as categorias abaixo:

- Alto, resultado acima de 60%: indica que as atividades de manejo estão sendo atendidas adequadamente, pois a área possui as condições necessárias. Existe um

equilíbrio dinâmico entre os âmbitos do manejo e o conjunto tende ao cumprimento dos objetivos de manejo. A permanência da área estaria garantida sob estas condições.

- Médio, de 40 a 60%: significa que a área possui os requerimentos mínimos para o manejo, mas apresenta deficiências essenciais que não permitem estabelecer uma base sólida para o manejo efetivo. As condições do manejo podem comprometer a integridade dos recursos e o cumprimento dos objetivos de manejo pode ser parcial.
- Baixo, inferior a 40%: indica que a unidade de conservação carece dos recursos mínimos necessários para seu manejo básico e, portanto, não garante sua permanência em longo prazo e com estas condições não é possível alcançar os objetivos de conservação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. Caracterização da APA

A Área de Proteção Ambiental da Microbacia do Rio Dourados foi criada pelo Decreto Municipal nº021 de 25 de maio de 2006, com o objetivo de proteger o conjunto paisagístico, ecológico e histórico-cultural, promover a recuperação de seus mananciais, compatibilizando-as com uso racional dos recursos ambientais e ocupação ordenada do solo, garantindo qualidade ambiental e da vida das comunidades autóctones. Está situada no município de Fátima do Sul a sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, compreendendo toda a parte não urbanizada do município, chegando ao total de 30.277 há, que corresponde a 98% da área total do município (Figura 2).

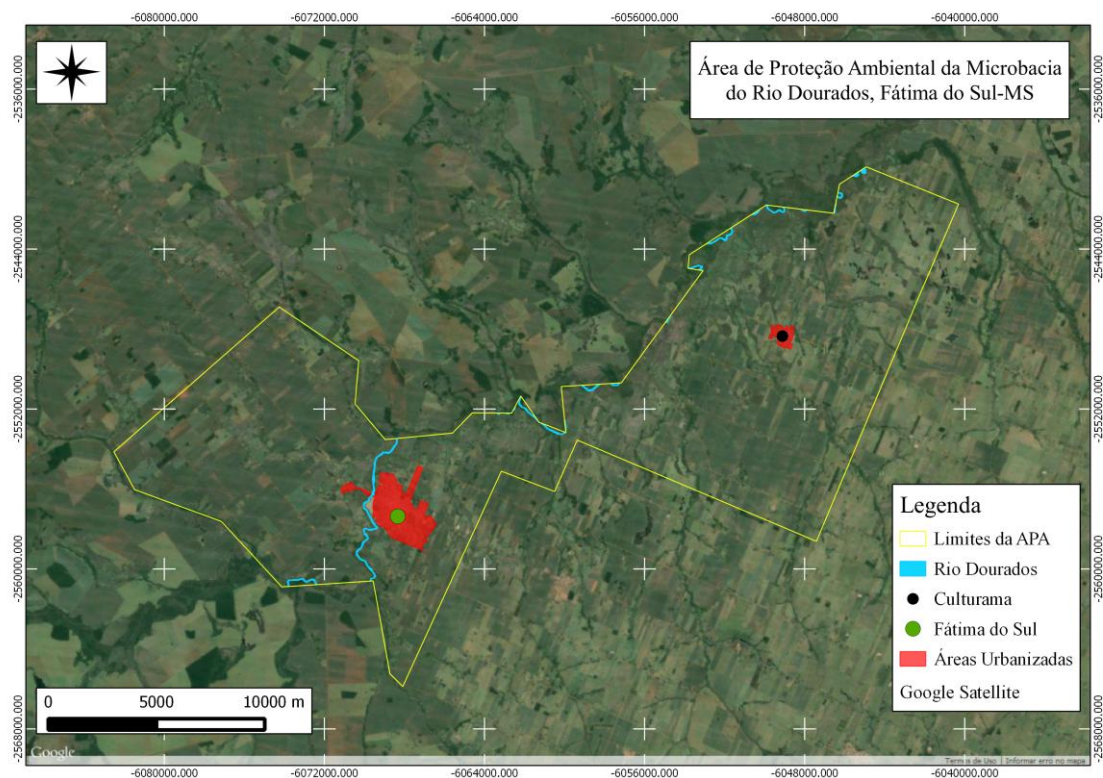


FIGURA 2- APA da Microbacia do Rio Dourados, município de Fátima do Sul, MS. Edição: Iélita Costa, 2014.

A maior parte do território da APA é composta de paisagem com domínio agropastoril, com poucos fragmentos de vegetação natural florestal. O grande marco ambiental da APA se constitui do Rio Dourados, juntamente com as suas áreas úmidas.

3.2. Percepção Socioambiental da População de Fátima do Sul sobre a APA, sua relação com o ICMS Ecológico e com a efetividade de gestão da UC.

Um total de 86 pessoas respondeu o questionário voltado para o público em geral, dentre os quais predominou um público de 18 a 24 anos (56%), cursando ou já tendo concluído o ensino superior (72%), indicando um perfil jovem e com alto nível de escolaridade para os que participaram da pesquisa (Figura 3). Destes, 83% residem há mais de dez anos no município de Fátima do Sul, sendo que 51% vivem em residências com quatro a seis pessoas da mesma família, espera-se que a maioria da população tenha alto conhecimento sobre o município e sobre sua APA (Figura 3).

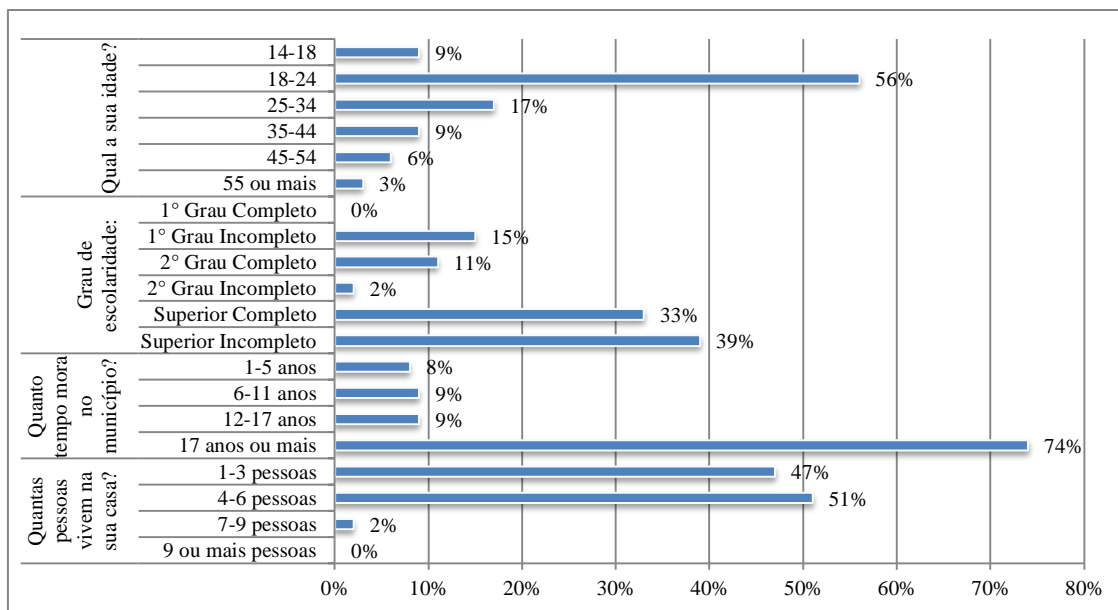


FIGURA 3 – Perfil socioeconômico e cultural da população de Fátima do Sul-MS, que respondeu ao questionário. (Outubro/2014) (N=86)

Em relação à percepção socioambiental sobre a APA, a maioria dos assumiu saber o que é uma Área de Proteção Ambiental (78%) (Figura 4), porém apenas 19% deu uma resposta coerente com a definição correta de uma APA e 28% confundiu APA com UCs de proteção integral (Parque, Monumento Natural, Estação Ecológica, Reserva Biológica e Refúgio de Vida Silvestre), ao atribuir à mesma características de restrição de uso e objetivos de preservação integral da natureza. É importante ressaltar que 12% também confundiu a APA com APP (Área de Proteção Permanente) e Reserva Legal, áreas de proteção determinadas pelo Código Florestal Brasileiro (Lei nº12.651/12) (Figura 5). Como a categoria de APP mais conhecida é mata ciliar, e o município de Fátima do Sul é banhado pelo Rio Dourados, com extensas áreas dessa vegetação, isso pode explicar o fato de que parte dos respondentes assumiu que a APA seria uma APP, relacionando-a ao Rio Dourados. O fato de que somente uma pequena parte dos respondentes assumiu uma definição coerente do que é uma APA está relacionado aos problemas de efetividade de gestão da UC com comunicação e informação, sendo que não há uma divulgação suficiente dos dados e informação gerais sobre a UC, o que resulta na falta de conhecimento sobre a definição e importância da APA para o município.

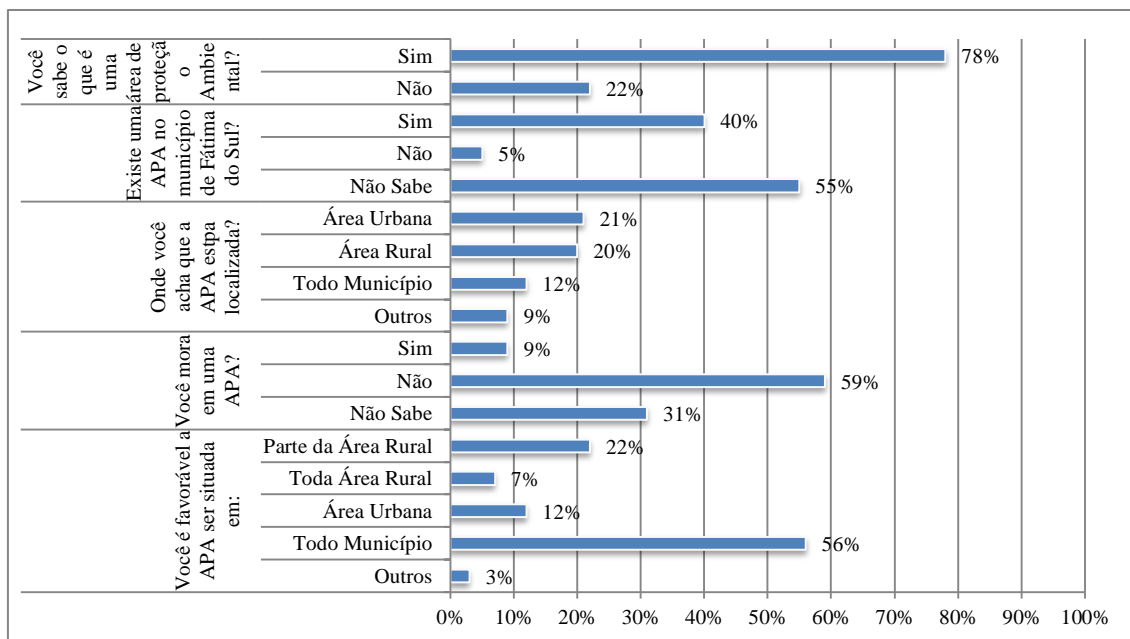


FIGURA 4- Percepção socioambiental da população de Fátima do Sul-MS, que respondeu o questionário, em relação à APA. (Outubro/2014) (N=86)

Dentre os respondentes, 55% não sabe se no município existe uma APA, 40% assume que existe e apenas 5% afirma que não existe uma APA em Fátima do Sul (Figura 4). Esses números podem estar ligados à falta de comunicação efetiva da UC com a comunidade local, já que a maioria dos participantes reside há mais de dez anos no município (Figura 3). Isso reflete um problema de gestão da UC, uma vez que seu nível em comunicação e informação caracterizou-se como baixo (16,66%), que seria contornado com a implementação de um programa de comunicação e educação ambiental voltado à população direta e indiretamente afetada pela UC.

Apenas 20% sabia a localização correta da APA (apenas na área rural do município), enquanto 21% afirmou que a APA está na área urbana. Ao que diz respeito o conhecimento dos respondentes sobre morar em uma APA ou não, 59% assumiu que não mora em uma APA, enquanto 31% disse que não sabia e apenas 9% assumiu que morava (Figura 4). Percebe-se que a existência da UC no município está confusa para a população, pois grande parte assumiu que não sabia se no município existia uma APA (56%). Contudo, 59% assumiu que não mora em uma APA, sem o conhecimento da existência da UC, não teria como afirmar se residem ou não na mesma. Esse problema seria facilmente contornado com a demarcação e sinalização dos limites da UC, que é um dos critérios estabelecidos para que o amparo legal da UC esteja em um nível aceitável.

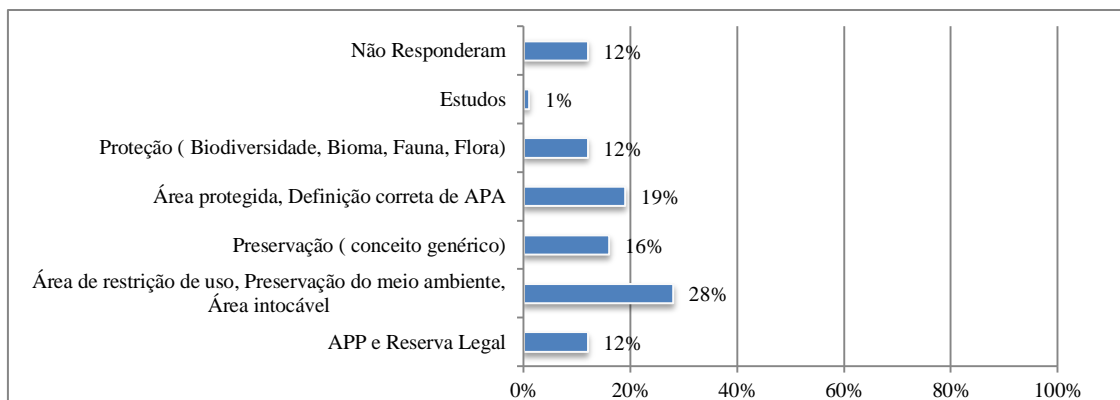


FIGURA 5- Definição de uma APA pela população de Fátima do Sul-MS participante da pesquisa. (Outubro/2014) (N=67)

Em relação à preferência sobre a localização da APA, 56% prefere que a APA seja localizada em todo município, 22% acha que ela deve se localizar somente em uma parte da área rural, 7% assumiu que a APA tem que existir em toda área rural e 2% citou outros tipos de localização, como: existir a APA somente em grandes áreas rurais ou que se localize em parte da área rural e urbana, ou até mesmo em reservas florestais (Figura 3). Esses números demonstram novamente que população participante não tem de fato conhecimento do papel de uma APA, pois não é recomendado que uma a APA abranja todo um município, uma vez isso dificultaria a efetiva aplicação dos objetivos dessa categoria de UC, que é o ordenamento do uso sustentável do solo em consonância com a proteção da biodiversidade (Brasil, 2000). Segundo Cortê (1997), as APAs visam proteger o solo, subsolo, cobertura vegetal e a fauna local, assim como seus recursos hídricos. A partir desse ponto de vista, é notável que a existência da APA só pudesse se dar na área rural do município, entrando assim em conflito com o resultado da preferência dos participantes da pesquisa pela localização da APA em todo município, pois desconhecem os objetivos da UC. Esse desconhecimento está relacionado à falta de comunicação efetiva entre a gestão da APA e as comunidades locais, e também à falta de participação dessas comunidades no processo de decisão da UC.

No que diz respeito à geração de emprego e renda, 61% acredita que essa influência tenha resultados positivos (34% melhora muito, 27% melhora pouco), enquanto 37% assumiu que a APA não altera a geração de emprego renda e somente 2% assumiu que a APA piora esse aspecto no município (Figura 6). É importante ressaltar que a visão a população participante em relação à APA reflete a ausência de ações de gestão na UC que possam promover oportunidades de desenvolvimento socioeconômico

para a população de Fátima do Sul mediante o uso sustentável de seus recursos, através de políticas que incentivem as atividades econômicas na UC, a exemplo de turismo e pagamentos por serviços ambientais. Um ótimo exemplo é o da APA Guariroba, localizada em Campo Grande-MS, onde acontece desde o ano de 2013 o Pagamento por Serviços Ambientais aos proprietários rurais inscritos no Programa Manancial Vivo. De acordo com esse programa, quem implantar em sua propriedade práticas de conservação de solo, restauração ecológica em ÁPP e conservação de fragmentos florestais existentes, recebe um benefício financeiro pelos serviços ambientais prestados (CAMPO GRANDE, 2012).

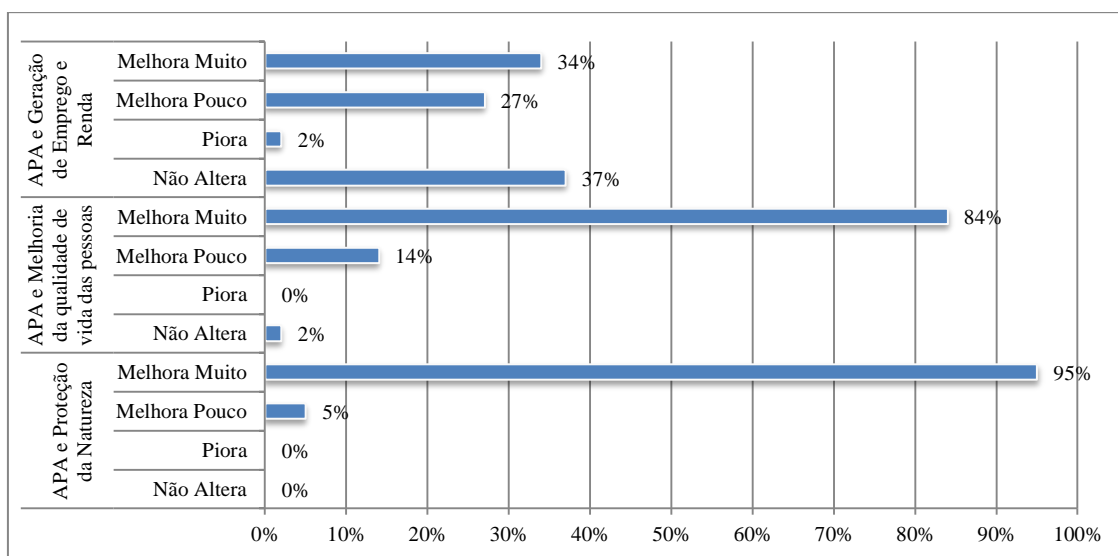


FIGURA 6- Percepção da população de Fátima do Sul-MS, participante da pesquisa, sobre a influência da APA nos aspectos socioeconômicos e ambientais da população. (Outubro/2014) (N=86)

Em relação à melhoria da qualidade de vida, 98% da população participante assumiu que a existência de uma APA melhora em algum nível a qualidade de vida das pessoas (84% melhora muito, 14% melhora pouco) (Figura 6). De acordo com Silva (2006, p. 50) o objetivo principal da APA é de conservação dos recursos naturais associada ao desenvolvimento de atividades produtivas, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população local. Percebe-se que a população tem noção do quanto a APA é importante para a melhoria da qualidade de vida da população. De fato, a UC tem um importante papel nessa melhora, sendo que uma APA efetivamente implantada gera desenvolvimento sustentável para a região, onde as comunidades conseguem desenvolver suas atividades sem grande agressão aos recursos naturais, resultando na melhoria da qualidade ambiental e, conseqüentemente, da qualidade de vida.

Quanto à relação entre a APA e a proteção da natureza, 100% assumiu que a existência de uma APA melhora em algum nível a proteção da natureza (95% melhora muito, 5% melhora pouco) (Figura 6). Esse resultado se dá, provavelmente, pelo fato de grande parte dos respondentes confundirem a APA com UC de proteção integral, onde o grau de proteção e restrição de uso dos recursos da UC é bem maior, resultando em maior proteção da natureza. Entretanto, é importante ressaltar que mesmo sendo uma APA (UC de uso sustentável), há contribuição para a proteção da natureza em algum nível.

Em relação ao nível em que se encontram os cuidados com o meio ambiente, ações de uso sustentável e conservação da natureza no município, tanto na área urbana quanto na rural, 51% da população participante assumiu que esses cuidados na área urbana são péssimos, enquanto 41% assumiu uma percepção positiva para esse mesmo quesito (38% bom, 3% ótimo). Para a área rural, 46% dos respondentes classificou de maneira positiva os cuidados com o meio ambiente (5% ótimo, 41% bom), 37% assumiu que as condições dos cuidados eram péssimas e 17% não soube informar (Figura 7). Como a APA está localizada somente na área rural, os cuidados com meio ambiente, ações de uso sustentável e conservação da natureza deveriam ser percebidos por um número maior de pessoas de forma positiva. Phillips (2002, p. 39 *apud* Granja, 2009, p. 128) utiliza o termo gestão para identificar o processo pelo qual as políticas e os objetivos para as áreas protegidas são acordados, definidos, implantados, monitorados e revistos. A UC encontra-se em uma área de Bioma Mata Atlântica (MATO GROSSO DO SUL, 2011), que foi transformado ao decorrer do tempo, sendo que a paisagem atualmente é de domínio agropastoril, é importante a existência de um projeto de conservação dos poucos remanescentes restantes desse bioma na UC, com a finalidade de melhorar o nível de qualidade ambiental na área rural.

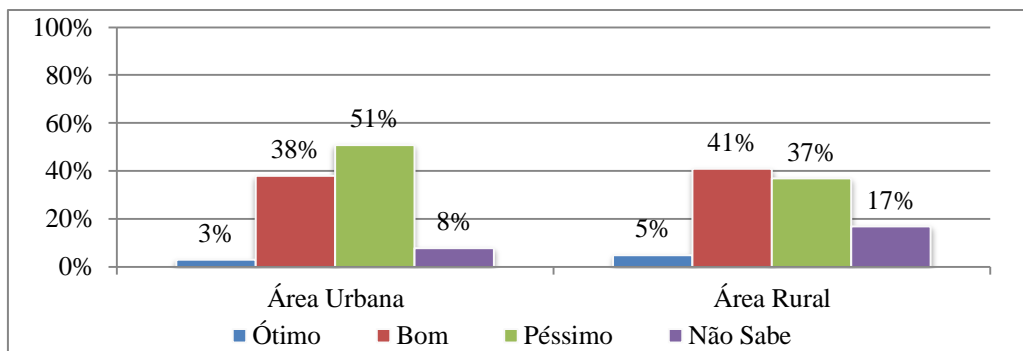


FIGURA 7- Percepção da população de Fátima do Sul-MS, participante da pesquisa, em relação aos cuidados com o meio ambiente, ações de uso sustentável e conservação da natureza. (Outubro/2014) (N=86)

Em relação à percepção da influência da APA nas atividades econômicas, 59% (11% ótimo, 48% bom) e 21% assumiu que essa influencia é positiva e péssima, respectivamente, para a agricultura. Para o comércio, 53% (9% ótimo, 44% bom) e 19% assumiu que a influencia é positiva e péssima, respectivamente. Para a indústria e mineração, 44% e 34%, respectivamente, acham que a APA influencia positivamente a atividade (Figura 8).

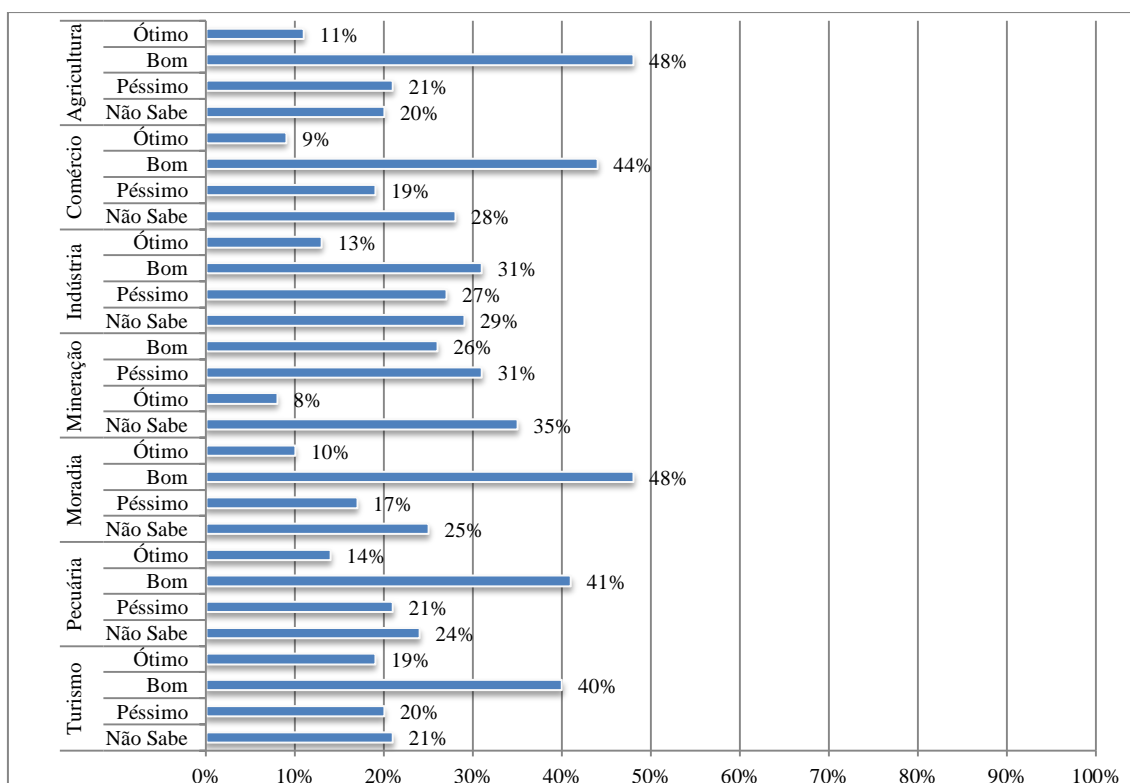


FIGURA 8-Percepção da influência da APA pela população de Fátima do Sul-MS, participante da pesquisa, nas atividades econômicas do município. (Outubro/2014) (N=86)

Em relação à moradia, 58% (10% ótimo, 48% bom) e 17% assumiu que essa influência é positiva e péssima, respectivamente. Para a pecuária, 55% (14% ótimo,

41% bom) e 21% assumiu que a influência é positiva e péssima, respectivamente. Para o turismo, 59% (19% ótimo, 40% bom) e 20% assumiu que a influência da APA é positiva e péssima, respectivamente (Figura 8).

É possível perceber que a maioria das atividades econômicas tiveram números positivos em relação à percepção da população sobre a influência da APA. Ainda assim, houve uma porcentagem expressiva que assumiu que a APA influenciava de forma negativa ou não influenciava nessas atividades. Uma vez que a percepção dos respondentes está diretamente ligada à gestão da UC, os resultados sobre a influência da APA nas atividades econômicas pode estar refletindo a ausência de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável da UC, onde as atividades poderiam ser desenvolvidas de modo que não entrasse em conflito com os objetivos de criação da APA, bem como ações de educação ambiental que favoreceriam a melhora da percepção das pessoas em relação ao papel da APA sobre as atividades econômicas.

A grande maioria dos participantes (86%) assumiu não saber o que é ICMS ecológico (Figura 9).

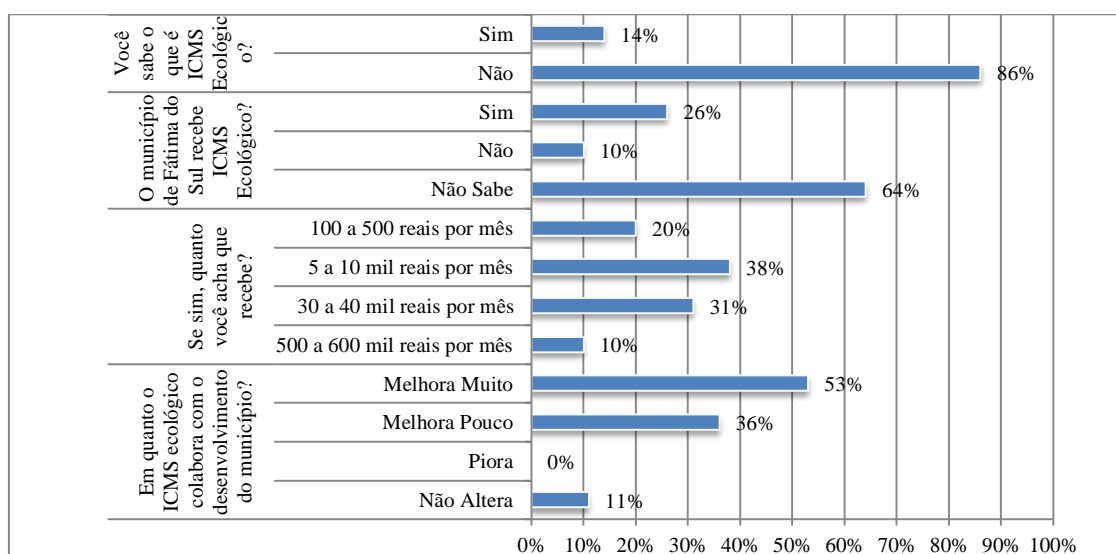


FIGURA 9- Percepção da população de Fátima do Sul-MS, participante da pesquisa, em relação ao ICMS Ecológico. (Outubro/2014) (N=86)

Dos 14% que assumiu saber o que é ICMS Ecológico, 25% não descreveu o seu significado, 17% assumiu se tratar de um novo tipo de imposto, 17% considera que se trata de um tipo de repasse ao município, mas não soube justificar o motivo do repasse, e outros 17% que o ICMS ecológico era um pagamento por serviços ambientais ao proprietário de uma determinada área. A definição coerente com o real significado de

ICMS ecológico foi mencionada por apenas 8% da população participante (Figura 10). Esse número é preocupante, pois revela que a população não tem conhecimento sobre o recebimento desse benefício pelo município de Fátima do Sul em decorrência da existência da APA. Sem esse conhecimento, a população não tem como cobrar ações na UC, as quais poderiam melhorar a qualidade da APA e, conseqüentemente, aumentar o repasse ao município, dentre outros benefícios à própria população. Esse aspecto também seria contornado com a existência de ações de comunicação e educação ambiental, vinculadas às demais atividades de gestão da APA.

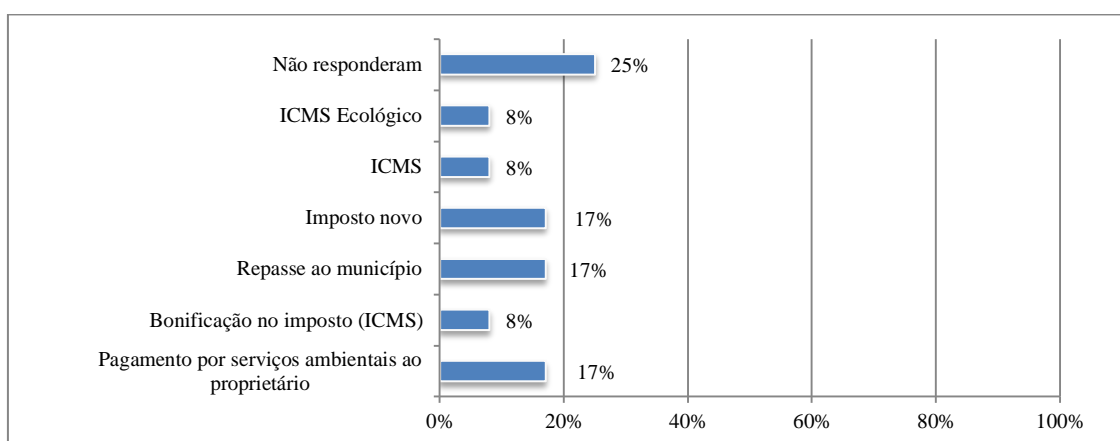


FIGURA 10- Opinião da população de Fátima do Sul-MS, participante da pesquisa, sobre a definição de ICMS Ecológico. (Outubro/2014) (N=12)

Em relação ao recebimento ou não de ICMS ecológico pelo município, 64% assumiu não saber da existência desse recebimento, 10% afirmou que o município não recebia ICMS ecológico e apenas 26% disse que o município recebia. Dos 26% que assumiu o recebimento de ICMS Ecológico pelo município de Fátima do Sul, 24% não soube justificar o porquê desse recebimento, 12% relacionou o recebimento à existência de rios, 7% atribuiu a outros motivos esse recebimento, mas não descreveu quais e 1% acredita que é por causa da existência do parque aquático do município (Figura 9).

Em relação à quantia do recebimento do ICMS ecológico pelo município de Fátima do Sul, 38% acha que o município recebe de 5 a 10 mil reais por mês, 31% acredita que esse recebimento é de 30 a 40 mil reais por mês, 20% afirmou ser de 100 a 500 mil reais por mês e 10% acha que o município recebe de 500 a 600 mil reais (Figura 9). O município de Fátima do Sul é beneficiado com o ICMS ecológico desde 2007, recebendo em torno de 30 a 40 mil reais por mês (AGE-MS/SEFAZ-MS/SERC-MS, 2013). Apesar de esse recebimento acontecer há mais de sete anos, a grande

maioria da população não sabe da sua existência, o que pode ser reflexo da falta de investimentos revertendo ao menos parte desse ICMS para gestão da APA e da melhoria das condições ambientais do município. Mesmo não sendo obrigatório que esse repasse seja investido na manutenção da APA, é recomendável que ao menos parte seja revertida para a gestão da mesma, o que acarretaria, inclusive, em aumento desse recebimento.

Em relação à colaboração do ICMS ecológico para o desenvolvimento do município, 59% dos participantes afirmou que o ICMS Ecológico melhora em algum nível o desenvolvimento do município e somente 9% assumiu que não alterava o desenvolvimento do município (Figura 8). O ICMS Ecológico está diretamente ligado à existência da unidade de conservação no município, para que haja efetividade da APA é de fundamental importância que o município trabalhe com racionalidade os recursos resultantes do ICMS ecológico, além de investir em obras públicas e sociais, é de extrema importância que projetos relacionados aos temas ambientais façam parte da gestão municipal, com intuito de valorizar as UCs. Trabalhando dessa forma, o município conseguirá melhorar a qualidade de vida da população e, conseqüentemente, aumentar o seu índice de participação, aumentando também seu recebimento.

3.3. Percepção Socioambiental dos Líderes Políticos de Fátima do Sul sobre a APA, sua relação com o ICMS Ecológico e com a efetividade de gestão da UC.

Das 12 lideranças políticas contatadas, pertencentes ao legislativo e executivo municipal (primeiro escalão), apenas cinco responderam ao questionário de percepção socioambiental em relação à APA e ao ICMS Ecológico, todos pertencentes ao legislativo. Destes cinco, todos assumiram saber do que se tratava uma APA (Tabela 1), sendo que as definições dadas para a UC foram atribuídas a uma área preservada, criada por lei, com características de preservação de fauna, flora. Observa-se que os líderes políticos também confundem a APA com uma UC de proteção integral (Parque, Monumento Natural, Estação Ecológica, Reserva Biológica e Refúgio de Vida Silvestre), principalmente com Parque Natural, pois atribuem à UC características típicas de áreas com restrição de uso e objetivos de preservação integral da natureza.

TABELA 1 - Percepção dos Líderes Políticos de Fátima do Sul-MS, participantes da pesquisa, em relação à APA. F- frequência de pessoas que responderam. (Novembro/2014) (N=5)

Questão	Alternativas Assinaladas	F	
Você sabe o que é uma Área de Proteção Ambiental?	Sim	5	
Existe uma APA no município de Fátima do Sul?	Sim	5	
Onde você acha que a APA está localizada?	Área Urbana	5	
Você mora em uma APA?	Não	5	
Em sua opinião, a existência de uma APA contribui em quanto para a geração de emprego e renda para os moradores?	Não Altera	1	
	Melhora Pouco	2	
	Melhora Muito	2	
Em sua opinião, a existência de uma APA contribui em quanto para a proteção da natureza?	Melhora Muito	5	
Em sua opinião, a existência de uma APA contribui em quanto para a melhoria da qualidade de vida das pessoas?	Melhora Muito	5	
Você é favorável a APA ser situada em:	Todo município	5	
Em sua opinião, os cuidados com o meio ambiente e conservação da natureza no seu município são:	Área Rural	Bons	3
		Péssimos	2
	Área Urbana	Bons	2
		Péssimos	3

Em relação à existência de uma APA no município de Fátima do Sul, os cinco líderes políticos reconheceram e afirmaram que estaria localizada na área urbana (Tabela 1). Sendo contraditória a situação real, pois a UC está implantada na área rural do município. Quando questionados se moravam em uma APA, os cinco assumiram que não (Tabela 1). Entrando em contradição quando assumiram que a UC estava localizada na área urbana. Percebe-se que os problemas de efetividade de gestão no que diz respeito à divulgação de informações além de afetarem a população, afetam também as lideranças políticas.

Na opinião dos líderes políticos, a APA contribui na geração de emprego e renda para os moradores, sendo que quatro líderes políticos afirmaram que a existência da APA melhora de alguma maneira esse quesito, enquanto só um deles assumiu que não alterava em nada. No que diz respeito à contribuição para a proteção da natureza, os cinco líderes políticos afirmaram que a APA melhora muito na proteção da natureza (Tabela 1). Percebe-se que todos têm consciência de que a APA tem uma função importante na proteção e conservação da natureza existente na área. Em relação à qualidade de vida das pessoas, os cinco líderes políticos que participaram da pesquisa assumiram que a APA melhora muito esse quesito (Tabela 1).

No que diz respeito à preferência pela localização da APA, as cinco lideranças acham que a melhor alternativa seria a APA existir em todo município, abrangendo área rural e urbana (Tabela 1). De acordo com o art.15º do SNUC, as APAs têm como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000). Embora as APAs possam ser localizadas na área urbana, nesse caso específico entraria em conflito com os objetivos principais de proteção citados no decreto de criação da APA, uma vez que seu grande marco ambiental é o Rio Dourados e suas áreas úmidas. Mesmo o Rio Dourados cortando a área urbana, sua maior porção está na área rural, o que fundamenta a localização da UC nessa parte.

Em relação ao nível em que se encontram os cuidados com o meio ambiente, ações de uso sustentável e conservação da natureza no município, tanto na área urbana quanto na rural, três lideranças assumiram que esses cuidados na área urbana são péssimos, enquanto duas assumiram uma percepção positiva para esse mesmo quesito. Para a área rural, três lideranças classificaram de maneira positiva os cuidados com o meio ambiente, enquanto duas assumiram que as condições dos cuidados eram péssimas (Tabela 1). Em geral, a paisagem dominante na APA é agropastoril, desse modo é fundamental a restauração de áreas degradadas que possuem importância biológica na UC.

No que diz respeito à percepção ambiental em relação ao ICMS Ecológico, as cinco lideranças assumiram saber do que se tratava, sendo que a maioria definiu o ICMS ecológico como sendo um recurso gerado a partir do próprio ICMS, para municípios ou estados onde existam áreas de preservação ou áreas afetadas por grandes empreendimentos (Tabela 2). Em partes, a definição está coerente, demonstrando que as lideranças políticas do município tem certo conhecimento sobre o conceito e importância desse recurso. No que diz respeito ao recebimento de ICMS ecológico pelo município, quatro líderes políticos afirmaram que não há esse recebimento no município e apenas um assumiu que o município o recebia (Tabela 2). Isso demonstra que, além de não saberem do recebimento do ICMS ecológico pelo município, os mesmos não conhecem a relação entre tal benefício e a existência da APA da Microbacia do Rio Dourados, mesmo sabendo parcialmente desse recurso.

TABELA 2- Percepção dos líderes políticos de Fátima do Sul-MS, participantes da pesquisa, em relação ao ICMS Ecológico. F- frequência de respostas. (Outubro/2014) (N=5)

Questão	Alternativas assinaladas	F
Você sabe o que é ICMS ecológico?	Sim	100%
Em sua opinião, o município de Fátima do Sul recebe ICMS ecológico?	Sim	20%
	Não	80%
	Não sabe	20%
Por qual razão o município recebe o ICMS Ecológico?*	Pela existência de uma APA	20%
Em sua opinião, quanto o município recebe de ICMS ecológico?*	5 a 10 mil por mês	20%
Em sua opinião, o ICMS ecológico colabora em quanto com o desenvolvimento do seu município?*	Melhora Pouco	20%

* Somente quem marcou a opção “sim” preencheu todas as questões.

O único que assumiu que o município recebia esse recurso, também assumiu que era recebido pela existência da APA, um ponto muito importante, pois apesar de ser minoria, mostra que essa pequena parte das lideranças políticas reconhecem que a UC gera benefícios socioeconômicos ao município. Essa liderança política também assumiu que o município recebia em torno de 5 a 10 mil reais por mês pela existência da APA, quando na verdade o município recebe de 30 a 40 mil reais (AGE-MS/SEFAZ-MS/SERC-MS, 2013) (Tabela 2). Esses números demonstram que os respondentes não sabem em quanto o município é beneficiado pela existência da UC, uma vez que esses valores deviam ser transparentes para a população e principalmente para as lideranças políticas.

Em relação à colaboração do ICMS ecológico para o desenvolvimento do município, apenas um dos líderes políticos assumiu que o ICMS Ecológico melhora em algum nível o desenvolvimento do município (Tabela 2). Esse resultado pode estar ligado ao fato de a maioria achar que o repasse feito ao município é baixo, uma vez que demonstraram não conhecer o real valor.

3.4. Efetividade de Gestão

O questionário técnico em relação à Efetividade de Gestão da APA da Microbacia do Rio Dourados foi respondido apenas por um funcionário, sendo esse o único existente no quadro de funcionários da UC, o qual atua como contratado e não faz parte do quadro efetivo do município.

De acordo com os resultados, a APA da Microbacia do Rio Dourados possui importância biológica média (50%) (Tabela 3). É importante ressaltar que a APA está situada em uma região de transição entre o bioma Mata Atlântica e o Cerrado, sendo a maior parte da UC no domínio de Mata Atlântica (Mato Grosso do Sul, 2011). A APA abriga um bioma de extrema importância que precisa ser conservado ou no caso da APA restaurado, pois a maior parte da área da UC é de agricultura e o restante de pastagem, em uma paisagem visivelmente degradada. Um ponto de partida para a mudança seria incentivar os proprietários a adequar suas áreas de Reserva Legal e APP, contribuindo desse modo para a conservação da biodiversidade, do solo e da água na APA.

TABELA 3– Síntese da avaliação de efetividade de gestão da APA da Microbacia do Rio Dourados, segundo o método RAPPAM (WWF-Brasil, 2011).

ÂMBITOS	MÁXIMO DE PONTOS	PONTOS DA UC	%	RESULTADO
Importância Biológica	40 pontos	20 pontos	50%	MÉDIO
Importância Socioeconômica	45 pontos	20 pontos	44,44%	MÉDIO
Vulnerabilidade	40 pontos	35 pontos	87,5%	ALTO
Objetivo	25 pontos	10 pontos	40%	MÉDIO
Amparo Legal	25 pontos	5 pontos	20%	BAIXO
Desenho	30 pontos	5 pontos	16,66%	BAIXO
Recursos Humanos	25 pontos	5 pontos	20%	BAIXO
Comunicação e Informação	30 pontos	5 pontos	16,66%	BAIXO
Infraestrutura	25 pontos	0 pontos	0%	BAIXO
Recursos Financeiros	30 pontos	10 pontos	33,33%	BAIXO
Planejamento e Gestão	25 pontos	0 pontos	0%	BAIXO
Processo e Decisão	30 pontos	10 pontos	33,33%	BAIXO
Pesquisa e Avaliação	30 pontos	0 pontos	0%	BAIXO
Resultados	65 pontos	1 ponto	1,53%	BAIXO

A importância socioeconômica atingiu classificação média (44,44%) (Tabela 3) sendo que os pontos mais marcantes foram: a UC possui atributos de relevante importância estética histórica e/ou cultural; a UC possui espécies de plantas e animais de alta importância sociocultural ou econômica; a UC possui um alto valor recreativo e as comunidades locais subsistem do uso dos recursos da área. É importante ressaltar que a maioria dos moradores da UC depende da agricultura, onde suas práticas atuais ainda entram em conflito com o alcance dos objetivos da APA. A gestão da APA deveria reduzir esses conflitos através de mecanismos de gestão, a exemplo da implementação

do mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), onde os proprietários receberiam pelo aumento da qualidade ambiental da sua propriedade, sem prejudicar sua produção na agricultura.

O status de vulnerabilidade da UC (Tabela 3) reflete os conflitos decorrentes das pressões sofridas para o desenvolvimento de atividades através de práticas que entram em conflito com os objetivos da mesma. Sem ordenamento do uso do solo e a fiscalização de atividades ilegais no interior da APA, não há como ter controle das ações e atividades desenvolvidas em seu interior.

Em relação aos objetivos da UC, o nível alcançado foi médio (40%) (Tabela 3). Os pontos positivos foram que a UC inclui a proteção e conservação da biodiversidade em seus objetivos. De acordo com o Art. 1º do Decreto nº021/06, a APA tem por objetivo: *“proteger o conjunto paisagístico, ecológico e histórico-cultural, promover a recuperação de seus mananciais, compatibilizando-as com uso racional dos recursos ambientais e ocupação ordenada do solo, garantindo qualidade ambiental e da vida das comunidades autóctones”* (FÁTIMA DO SUL, 2006). A implantação de ações de planejamento e gestão da UC acarretaria em melhorias para o alcance dos objetivos da mesma, o que deve ser uma meta a ser perseguida com o apoio da comunidade local, incluindo as lideranças políticas.

Em relação ao Amparo Legal, o resultado foi de nível baixo (20%) (Tabela 3). O ponto positivo foi que a UC e seus recursos naturais possuem amparo legal, que nesse caso resume-se ao Decreto nº021/06, que trata da criação da APA (Fátima do Sul, 2006). A elaboração e publicação do Plano de Manejo, que ainda não existe na UC, influenciariam positivamente no quesito amparo legal, além da demarcação e sinalização oficial dos limites da UC.

No que diz respeito ao desenho da UC, o nível alcançado foi baixo (16,66%) (Tabela 3). Em relação a esse quesito, é importante que a localização da UC seja coerente com os seus objetivos e que em curto prazo aconteça um planejamento com determinação de estratégias e metas que conduzam ao alcance desses objetivos, favorecendo os aspectos biológicos, socioeconômicos e culturais da região. Além dos objetivos, é importante que a UC tenha um plano de manejo, onde o zoneamento de atividades desenvolvidas esteja disposto, pois dessa forma os proprietários teriam

conhecimento de como utilizar sua propriedade estando em conformidade com as normas estabelecidas pela legislação.

Em relação aos Recursos Humanos, o resultado foi de nível baixo, alcançando apenas 20%. Não há recursos em número suficiente para a gestão da UC, sendo que o único funcionário encontra dificuldades para administrar os problemas da unidade, não contando com oportunidades de desenvolvimento e capacitação. Além disso, não há qualquer tipo de avaliação periódica do quadro que compõe a gestão da UC e as condições de trabalho são insuficientes.

Na Comunicação e Informação, a UC alcançou um nível baixo (16,66%) (Tabela 3). Para contornar esse problema, a equipe gestora da UC deveria trabalhar em constante relação com outras instâncias administrativas do município, mantendo uma comunicação entre esses meios a fim de promover a adequada gestão da unidade que resulte no desenvolvimento do município e na melhoria da qualidade de vida das pessoas. É importante que sejam elaborados e divulgados materiais onde constem informações ecológicas, socioeconômicas e culturais da UC, para que a mesma fosse reconhecida e popularizada. Para isso, os meios de coleta, armazenamento e análise de dados precisam ser eficientemente estruturados. A comunicação entre a UC e as comunidades locais é imprescindível para o desenvolvimento da área, uma vez que se as pessoas obtiverem conhecimento sobre localização, objetivos, papel da APA, entre outros aspectos, será possível que as comunidades colaborem com a sua gestão.

Em relação à infraestrutura da UC, o nível obtido foi expressivamente baixo (0%) (Tabela 3). Para a gestão efetiva de qualquer UC, uma infraestrutura adequada que atenda as necessidades logísticas e administrativas é de extrema importância. Dentro da infraestrutura, os pontos mais importantes a serem implementados são: 1) Meios de transporte, que serão utilizados em ações de fiscalização, coleta de dados, ações de educação ambiental, dentre outros; 2) Instalações, que nesse caso poderia ser uma sede administrativa, onde as questões burocráticas seriam resolvidas e também para armazenamento de equipamentos de trabalho; 3) Infraestrutura de suporte à visitação pública como mirantes, passarelas e espaços de convivência com a natureza também são indispensáveis para a gestão da área; 4) Manutenção periódica, sendo de extrema importância que os meios de transporte, instalações e equipamentos de trabalho passem

por manutenção periódica, com a finalidade de conservar em bom estado esses itens e dar segurança aos usuários.

Em relação aos recursos financeiros da UC, o nível alcançado foi baixo (33,33%) (Tabela 3). A gestão dos recursos financeiros é de extrema importância para o desenvolvimento da UC, uma vez que todos os aspectos envolvidos dependem de investimentos direcionados à gestão. É importante que ao menos parte do montante recebido pelo município na forma de ICMS Ecológico em função da existência da APA, seja convertido em melhorias para a UC, com a finalidade de aumentar a qualidade ambiental, socioeconômica e cultural da região onde a UC está localizada.

O planejamento e gestão da UC baixo são inexistentes (0%) (Tabela 3). A existência de um plano de manejo é primordial para a gestão de qualquer UC, servindo de base norteadora para todas as ações desenvolvidas na Unidade. O plano de manejo é o principal instrumento de planejamento da UC, devendo levantar os desafios e oportunidades inerentes à unidade e a partir daí, em contraste com o diagnóstico da área, apresentar o zoneamento, programas e projetos para sua efetiva implementação. Deve conter, ainda, uma avaliação e monitoria das atividades desenvolvidas, envolvendo as comunidades locais, é necessária a constituição de um comitê gestor da APA, contando com representantes dos diversos segmentos da comunidade. Esse comitê seria um elemento estratégico (em função da força política que representa) na efetivação das medidas de proteção da APA, a começar pela elaboração e implantação do Plano de Manejo. Outra ferramenta importante para o planejamento e gestão é o plano para alcance de metas e objetivos da UC. Através desse documento, é possível avaliar se a gestão está sendo eficiente ao cumprir as metas dentro do esperado.

A UC não possui pesquisa e avaliação (0%) (Tabela 3). As atividades de pesquisa e avaliação são uma importante ferramenta que auxilia a gestão da UC, uma vez que através delas é possível identificar as principais pressões e ameaças que podem afetar a unidade, como, por exemplo, as atividades ilegais desenvolvidas. As oportunidades também seriam identificadas e devidamente canalizadas para a gestão da UC, a exemplo das oportunidades de pagamento por serviços ambientais. É importante que as pesquisas nos campos ecológicos e socioeconômicos sejam adequadas à necessidade da UC, sendo também importante a identificação e priorização das necessidades críticas na pesquisa e avaliação.

Em relação aos resultados obtidos pela UC nos últimos dois anos, a mesma alcançou um nível muito baixo (1,53%) (Tabela 3). Atividades de limpeza das margens do Rio Dourados, principal marco da UC, já foram realizadas, entretanto ainda não foram suficientes para alcançar grandes resultados. Para alcançar melhores resultados é fundamental que melhorias aconteçam em todos os quesitos abordados anteriormente, desse modo a gestão se tornará eficiente e beneficiará o município como um todo.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- Através do estudo foi possível perceber que a falta de conhecimento da população de Fátima do Sul em relação à APA está totalmente relacionada à baixa efetividade de gestão da mesma. É fundamental a elaboração de um programa de sensibilização, comunicação e educação ambiental que tenha como propósito difundir os objetivos de criação da UC e os futuros projetos para a mesma. Espera-se que cada residente do município tenha consciência que morando interior ou próximo de uma área protegida, seja capaz de reconhecer o que é benéfico ou não para a UC e conheça as regras que a regem.
- A APA não tem um órgão municipal capacitado e estruturado que seja responsável por ela, o que acarreta muitas vezes em desorganização das atividades no interior da UC, pois não há fiscalização. Com base no princípio de gestão democrática, a comunidade deveria mobilizar-se e defender a criação de um Comitê Gestor que atue na defesa da efetivação da gestão da APA. Assim como a Prefeitura juntamente com as demais lideranças políticas ordenariam um projeto de criação de uma secretaria de meio ambiente, onde haveria uma responsável pela APA e sua gestão.
- A APA carece dos recursos mínimos necessários para sua gestão básica, desse modo não garantindo sua eficiência em longo prazo, sendo que com estas condições não é possível alcançar os objetivos de conservação. É fundamental que haja investimento em infraestrutura para criar uma sede da UC, transporte e recrutamento de pessoal, assim como capacitação desses funcionários, para que eles saibam com que tipo de UC estão trabalhando.
- Não existe um plano de manejo da APA, onde as características primordiais da área estariam descritas, bem como o seu zoneamento e programas de manejo,

orientando a efetiva gestão da UC. O zoneamento é uma importante ferramenta de gestão, pois separa as áreas de uso intensivo das de uso extensivo, servindo também como base de conhecimento para os proprietários administrarem suas propriedades. O plano de manejo da APA já deveria estar elaborado e em processo de implementação, pois a APA foi criada em 2006, e pelo SNUC, o prazo para a criação do plano de manejo é de cinco anos após da data de criação da UC (BRASIL, 2000).

- A UC não possui mecanismos consistentes de participação social. Um conselho gestor se encaixaria como solução para esse problema, uma vez que tivesse suas funções bem definidas e cronograma estabelecido por consenso entre todas as partes. O Conselho deve demonstrar eficiência na busca por resultados concretos, alcançando os objetivos da UC e promovendo o desenvolvimento do município.
- Através desta avaliação foi possível perceber que a efetiva implementação da UC juntamente com a melhoria do manejo fazem parte de um processo de longo prazo, que necessita de investimento e dedicação por parte dos gestores da área e das comunidades locais. Para alcançar o desenvolvimento sustentável municipal de Fátima do Sul é fundamental, dentre outros, a efetiva gestão da APA. Para que futuros trabalhos possam basear e comparar o desenvolvimento da gestão da APA ao longo do tempo, este trabalho apresenta um ponto de partida com as principais ações para um plano de gestão da UC, que estão listados a seguir sinteticamente:
 1. Criação de um Comitê de Gestão da UC através da mobilização social;
 2. Investimento financeiro na APA através do subsidio recebido pelo ICMS Ecológico;
 3. Elaboração e Implementação de um Plano de Manejo para a UC.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGE, Auditoria Geral do Estado; SEFAZ, Secretária de Estado e Fazenda; SERC, Secretaria de Estado de Receita e Controle. **Relação de repasse do ICMS Ecológico ao Mato Grosso do Sul de janeiro a setembro de 2013**. Disponível em: http://www.icmsecologico.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=71&Itemid=77. Acesso em março de 2014.

ARTAZA-BARRIOS, O. HSCHIAVETTI, A. **Análise da Efetividade do Manejo de duas Áreas de Proteção Ambiental do Litoral Sul da Bahia**. Revista da Gestão Costeira Integrada 7(2): 117-128 (2007)

BENSUSAN, N. ICMS ecológico: um incentivo fiscal para a conservação da biodiversidade. In: BENSUSAN, N. (Org.) **Seria melhor mandar ladrilhar?** Biodiversidade como, para que, por quê. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. 251 p.

BORGERT, A.; BELLEN, H. M. V.; NASCIMENTO, M.; NASCIMENTO, V.M. **ICMS-Ecológico: Análise dos aspectos financeiros e de sustentabilidade nos municípios do estado do Paraná**. XIII SEMEAD- Seminários em Administração. ISSN 2177-3866. Setembro de 2010.

BRASIL, Lei Estadual N° 4.219, de 11 de julho de 2012. **Dispõe sobre o ICMS Ecológico na forma do art. 1º, inciso III, alínea “F”, da Lei Complementar nº 57, de 4 de janeiro de 1991, na redação dada pela Lei Complementar nº 159, de 26 de dezembro de 2011, e dá outras providências**. 2012

BRASIL, Lei N°9.985, de 18 de julho de 2000. **Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. 2000

BRASIL, Lei nº12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências**. 2012

BRASIL, Ministério das Cidades. **Plano diretor participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**. 2004.

CAMPO GRANDE. Programa Manancial Vivo: **Aspectos conceituais, metodológicos e resultados obtidos entre os anos de 2009-2011**. Organização do Texto: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2012. 45p.

CÔRTE, D. A. de A. **Planejamento e gestão de APAs: enfoque institucional**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1997. 106p.

ERVIN, J. **Metodologia do WWF para avaliação rápida e a priorização do manejo de unidades de conservação (RAPPAM)**. São Paulo, SP, WWF-Brasil. 70 p. 2003a. (Tradução WWF-Brasil.).

ERVIN, J. **WWF Rapid Assessment And Prioritization Of Protected Area Management (Rappam) Methodology**. Gland, Swizertland, WWF. 70 p. 2003b.

FÁTIMA DO SUL, (2006). **Decreto nº021, de 25 de maio de 2006- Cria APA da MicroBacia do Rio Dourados**. Organização do Texto: Prefeitura Municipal, 2006. 18 p.

MATO GROSSO DO SUL, (2011). **Caderno geoambiental das regiões de planejamento do MS**. SEMAC,Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. Versão 2011.

PADOVAN, M. P. (2004) - **Análise da situação do manejo das unidades de Conservação do Espírito Santo, Brasil**. In: IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, *Anais*, 316-325. Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação/ Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Curitiba.

SILVA, I. x. da. **Gestão das áreas de proteção ambiental – APAS – no estado de São Paulo: estudo e avaliação**. 2006. 199 pg. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

VIANA, M. B. e GANEM, R. S. **APAS Federais No Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005.

WWF-BRASIL; Programa de Preservação da Mata Atlântica; Fundação Florestal; Instituto Florestal. **Rappam [Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management]: implementação da avaliação rápida e priorização do manejo de unidades de conservação do Instituto Florestal e da Fundação Florestal de São Paulo**. WWF, Programa de Preservação da Mata Atlântica, Instituto Florestal de São Paulo, Fundação Florestal,Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. São Paulo. 42p. 2004.

WWF-Brasil; SEMAC, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia; IMASUL, Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul. **Efetividade de gestão das unidades de conservação no Estado do Mato Grosso do Sul**. Brasília: WWF-Brasil, 66p. 2011.

ANEXO I-A

QUESTIONÁRIO 1 – COMUNIDADE INTERNA E EXTERNA

1. Qual a sua idade?
 18-24 25-34 35-44 45-54 55 ou mais
2. Grau de escolaridade:
 1º Grau Completo 1º Grau Incompleto 2º Grau Completo 2º Grau Incompleto
 Superior Completo Superior Incompleto Nunca Estudou
3. Quanto tempo mora no município?
 1-5 anos 6-11 anos 12-17 anos Mais de 17 anos
4. Quantas pessoas vivem na sua casa?
 1-3 pessoas 4-6 pessoas 7-9 pessoas mais de 9 pessoas
5. Você sabe o que é uma Área de Proteção Ambiental? Se SIM, descreva o que sabe.
 Sim: _____ Não
6. Existe uma APA no município de Fátima do Sul?
 Sim Não Não sabe
Se sim, onde você acha que ela está localizada?
 Área Urbana Área Rural Todo Município Outro _____
7. Você mora em uma APA?
 Sim Não Não sabe
8. Em sua opinião, a existência de uma APA contribui em quanto para geração de emprego e renda para os moradores?
 Não altera Piora Melhora pouco Melhora muito
9. Em sua opinião, a existência de uma APA contribui em quanto para a melhoria da qualidade de vida das pessoas?
 Não altera Piora Melhora pouco Melhora muito
10. Em sua opinião, uma APA contribui em quanto para a proteção da natureza?
 Não altera Piora Melhora pouco Melhora muito
11. Você é favorável a APA ser situada em:
 Parte da área rural Toda área rural Área Urbana Todo Município
 Outro _____
12. Em sua opinião, os cuidados com o meio ambiente e conservação da natureza no município de Fátima do Sul são:
Na área Urbana
 Bons Péssimos Ótimos Não sabe
Na área Rural
 Bons Péssimos Ótimos Não sabe
13. Em sua opinião, como uma APA influencia nas atividades socioeconômicas do seu município:
Moradia.
 Não altera Piora Melhora pouco Melhora muito Não sabe
Agricultura
 Não altera Piora Melhora pouco Melhora muito Não sabe
Pecuária
 Não altera Piora Melhora pouco Melhora muito Não sabe
Mineração
 Não altera Piora Melhora pouco Melhora muito Não sabe
Turismo
 Não altera Piora Melhora pouco Melhora muito Não sabe
Comércio
 Não altera Piora Melhora pouco Melhora muito Não sabe
Indústria
 Não altera Piora Melhora pouco Melhora muito Não sabe

14. Você sabe o que é ICMS Ecológico? Se SIM, descreva o que sabe.
() Sim: _____

() Não
- Se SIM, responda as seguintes questões:
15. Em sua opinião, o município de Fátima do Sul é recebe ICMS Ecológico?
() Sim () Não () Não sabe
- Se SIM, porque você acha que recebe? Pode marcar mais de uma alternativa:
() Pela existência de Rios () Pela existência de uma APA () Pela existência do Parque Aquático.
() Pela existência de Praças () Não sabe Outro: _____
16. Se sim, por qual razão o município recebe o ICMS ecológico?
() Parque Aquático () Praças () APA () Não sabe Outro: _____
17. Em sua opinião, quanto o município recebe de ICMS ecológico?
() 100 a 500 reais por mês () 5 a 10 mil por mês () 30 a 40 mil por mês () 100 a 200 mil por mês
() 500 a 600 mil por mês
18. Em sua opinião, o IMCS Ecológico colabora em quanto com o desenvolvimento do seu município?
() Não altera () Piora () Melhora pouco () Melhora muito

ANEXO I-B

QUESTIONÁRIO 2– GESTORES PÚBLICOS E LÍDERES POLÍTICOS

1. Você sabe o que é uma Área de Proteção Ambiental? Se SIM, descreva o que sabe.
() Sim: _____ () Não
2. Existe uma APA no município de Fátima do Sul?
() Sim () Não () Não sabe
- Se sim, onde você acha que ela está localizada?
() Área Urbana () Área Rural () Todo Município () Outro _____
3. Você mora em uma APA?
() Sim () Não () Não sabe
4. Em sua opinião, a existência de uma APA contribui em quanto para geração de emprego e renda para os moradores?
() Não altera () Piora () Melhora pouco () Melhora muito
5. Em sua opinião, a existência de uma APA contribui em quanto para a melhoria da qualidade de vida das pessoas?
() Não altera () Piora () Melhora pouco () Melhora muito
6. Em sua opinião, uma APA contribui em quanto para a proteção da natureza?
() Não altera () Piora () Melhora pouco () Melhora muito
7. Você é favorável a APA ser situada em:
() Parte da área rural () Toda área rural () Área Urbana () Todo Município
() Outro _____
8. Em sua opinião, os cuidados com o meio ambiente e conservação da natureza no município de Fátima do Sul são:
Na área Urbana
() Bons () Péssimos () Ótimos () Não sabe
Na área Rural
() Bons () Péssimos () Ótimos () Não sabe
9. Em sua opinião, como uma APA influencia nas atividades socioeconômicas do seu município:
Moradia.
() Não altera () Piora () Melhora pouco () Melhora muito () Não sabe
Agricultura
() Não altera () Piora () Melhora pouco () Melhora muito () Não sabe
Pecuária
() Não altera () Piora () Melhora pouco () Melhora muito () Não sabe
Mineração
() Não altera () Piora () Melhora pouco () Melhora muito () Não sabe
Turismo
() Não altera () Piora () Melhora pouco () Melhora muito () Não sabe
Comércio
() Não altera () Piora () Melhora pouco () Melhora muito () Não sabe
Indústria
() Não altera () Piora () Melhora pouco () Melhora muito () Não sabe
10. Você sabe o que é ICMS Ecológico? Se SIM, descreva o que sabe.
() Sim: _____

() Não
- Se SIM, responda as seguintes questões:
11. Em sua opinião, o município de Fátima do Sul é recebe ICMS Ecológico?
() Sim () Não () Não sabe
- Se SIM, porque você acha que recebe? Pode marcar mais de uma alternativa:
() Pela existência de Rios () Pela existência de uma APA () Pela existência do Parque Aquático.
() Pela existência de Praças () Não sabe Outro: _____

12. Se sim, por qual razão o município recebe o ICMS ecológico?
() Parque Aquático () Praças () APA () Não sabe Outro: _____
13. Em sua opinião, quanto o município recebe de ICMS ecológico?
() 100 a 500 reais por mês () 5 a 10 mil por mês () 30 a 40 mil por mês () 100 a 200 mil por mês
() 500 a 600 mil por mês
14. Em sua opinião, o ICMS Ecológico colabora em quanto com o desenvolvimento do seu município?
() Não altera () Piora () Melhora pouco () Melhora muito

ANEXO II

FORMULÁRIO 3 – RESPONSÁVEIS PELA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Nome do responsável pelo preenchimento: Antonio Carlos Roso Domingues

Cargo do responsável pelo preenchimento: Consultor Ambiental da Prefeitura de Fátima do Sul

1. Importância Biológica:

Quesito	Sim	Pred. Sim	Não	Pred. Não	Não Sabe
A UC contém um número significativo de espécies que constam da lista brasileira e ou das listas estaduais de espécies ameaçadas de extinção.	x				
A UC tem níveis significativos de biodiversidade.	x				
A UC possui níveis significativos de endemismo.	x				
A UC exerce uma função crítica na paisagem.	x				
A UC contribui significativamente para a representatividade do sistema de UCs.			x		
A UC sustenta populações mínimas viáveis de espécies-chave.			x		
A UC protege ecossistemas cuja abrangência tem diminuído significativamente.			x		
A UC conserva uma diversidade significativa de processos naturais e de regimes de distúrbio naturais.			x		

2. Importância Socioeconômica

Quesito	Sim	Pred. Sim	Não	Pred. Não	Não Sabe
A UC é uma fonte importante de emprego para as comunidades locais.			x		
As comunidades locais subsistem do uso dos recursos da UC.	x				
A UC oferece oportunidades de desenvolvimento da comunidade mediante o uso sustentável de recursos.			x		
A UC tem importância religiosa ou espiritual.			x		
A UC possui atributos de relevante importância estética histórica e/ou cultural.	x				
A UC possui espécies de plantas e animais de alta importância social cultural ou econômica	x				
A UC possui um alto valor recreativo.	x				
A UC contribui significativamente com serviços e benefícios ambientais.			x		
A UC possui um alto valor educacional e/ou científico.			x		

3. Vulnerabilidade

Quesito	Sim	Pred. Sim	Não	Pred. Não	Não Sabe
As atividades ilegais na UC são difíceis para monitorar.	x				
A aplicação dos instrumentos legais é baixa na região.	x				
A UC está sofrendo distúrbios civis e/ou instabilidade política.	x				
As práticas culturais as crenças e os usos tradicionais estão em conflito com a categoria e os objetivos da UC.	x				
O valor de mercado de recursos da UC é alto.			x		
A UC é de fácil acesso para atividades ilegais.	x				
Existe uma grande demanda por recursos naturais da UC.	x				

A gestão da UC sofre pressão para desenvolver ações em desacordo com os objetivos da UC.	x				
--	---	--	--	--	--

4. Objetivo

Quesito	Sim	Pred. Sim	Não	Pred. Não	Não Sabe
Os objetivos da UC incluem a proteção e a conservação da biodiversidade.	x				
Os objetivos específicos relacionados à biodiversidade são claramente expressos nos instrumentos de planejamento da UC.			x		
Os planos e projetos são coerentes com os objetivos da UC (antes de 2010 a questão era: As políticas e os planos de ação).			x		
Os funcionários e gestores da UC entendem os objetivos e as políticas da UC.	x				
As comunidades locais apóiam os objetivos da UC.			x		

5. Amparo Legal

Quesito	Sim	Pred. Sim	Não	Pred. Não	Não Sabe
A UC e seus recursos naturais possuem amparo legal.	x				
A situação fundiária está regularizada.			x		
A demarcação e sinalização dos limites da UC são adequadas.			x		
Os recursos humanos e financeiros são adequados para realizar as ações críticas de proteção.			x		
Há amparo legal para a gestão de conflitos.			x		

6. Desenho

Quesito	Sim	Pred. Sim	Não	Pred. Não	Não Sabe
A localização da UC é coerente com os seus objetivos.			x		
O desenho da UC favorece a conservação da biodiversidade e/ou aspectos socioculturais e econômicos.			x		
O zoneamento da UC é adequado para alcançar os objetivos da UC.			x		
Os usos no entorno propiciam a gestão efetiva da UC.			x		
A UC é ligada à outra unidade de conservação ou a outra área protegida.	x				
A definição do desenho e da categoria da UC foi decorrente de um processo participativo.			x		

7. Recursos Humanos

Quesito	Sim	Pred. Sim	Não	Pred. Não	Não Sabe
Há recursos humanos em número suficiente para a gestão efetiva da UC.			x		
Os funcionários possuem habilidades adequadas para realizar as ações de gestão.	X, porém possui				
Há oportunidades de capacitação e desenvolvimento das equipes apropriadas às necessidades da UC.			x		
Há avaliação periódica do desempenho e do progresso dos funcionários.			x		
As condições de trabalho são suficientes para manter uma equipe adequada aos objetivos da UC.			x		

8. Comunicação e Informação

Quesito	Sim	Pred. Sim	Não	Pred. Não	Não Sabe
Há estrutura de comunicação adequada entre a UC e outras instâncias administrativas.			x		
As informações ecológicas e socioeconômicas existentes são adequadas ao planejamento da gestão.			x		
Há meios adequados para a coleta de dados.			x		
Há sistemas adequados para o armazenamento processamento e análise de dados.			x		
Existe comunicação efetiva da UC com as comunidades locais.			x		
Existe comunicação efetiva entre as comunidades locais.	x				

9. Infraestrutura

Quesito	Sim	Pred. Sim	Não	Pred. Não	Não Sabe
A infraestrutura de transporte é adequada para o atendimento dos objetivos da UC.			x		
O equipamento de trabalho é adequado para o atendimento dos objetivos da UC.			x		
As instalações da UC são adequadas para o atendimento dos seus objetivos.			x		
A infraestrutura para visitantes é apropriada para o nível de uso.			x		
A manutenção e cuidados com os equipamentos e instalações são adequados para garantir seu uso em longo prazo.			x		

10. Recursos Financeiros

Quesito	Sim	Pred. Sim	Não	Pred. Não	Não Sabe
Os recursos financeiros dos últimos 5 anos foram adequados para atendimento dos objetivos da UC.			x		
Estão previstos recursos financeiros para os próximos 5 anos para atendimento dos objetivos da UC.	x				
As práticas de administração financeira propiciam a gestão eficiente da UC.			x		
A alocação de recursos está de acordo com as prioridades e os objetivos da UC.			x		
A previsão financeira em longo prazo para a UC é estável.			x		
A UC possui capacidade para a captação de recursos externos.	x				

11. Planejamento e Gestão

Quesito	Sim	Pred. Sim	Não	Pred. Não	Não Sabe
Existe um plano de manejo adequado à gestão.			x		
Existe um inventário dos recursos naturais e culturais adequados à gestão da UC.			x		
Existe uma análise e também uma estratégia para enfrentar as ameaças e as pressões na UC.			x		
Existe um instrumento de planejamento operacional que identifica as atividades para alcançar as metas e os objetivos de gestão da UC.			x		
Os resultados da pesquisa monitoramento e o conhecimento tradicional são incluídos rotineiramente no planejamento.			x		

12. Processo de Decisão

Quesito	Sim	Pred. Sim	Não	Pred. Não	Não Sabe
Existe uma organização interna nítida da UC.			x		
A tomada de decisões na gestão é transparente.	x				
A UC colabora regularmente com os parceiros, comunidades locais e outras organizações.			x		
As comunidades locais participam efetivamente da gestão da UC contribuindo na tomada de decisão.			x		
Existe a comunicação efetiva entre os funcionários da UC e Administração.	x				
Existe conselho implementado e efetivo.			x		

13. Pesquisa e Avaliação

Quesito	Sim	Pred. Sim	Não	Pred. Não	Não Sabe
O impacto das atividades legais na UC é monitorado e registrado de forma precisa.			x		
O impacto das atividades ilegais na UC é monitorado e registrado de forma precisa.			x		
As pesquisas sobre questões ecológicas são coerentes com as necessidades da UC.			x		
As pesquisas sobre questões socioeconômicas são coerentes com as necessidades da UC.			x		
A equipe da UC e comunidades locais têm acesso regular às informações geradas pelas pesquisas realizadas na UC.			x		
As necessidades críticas de pesquisa e monitoramento são identificadas e priorizadas.			x		

14. Resultados

Quesito	Sim	Pred. Sim	Não	Pred. Não	Não Sabe
A UC realizou o planejamento da gestão nos últimos dois anos.			x		
A UC realizou a recuperação de áreas e ações mitigatórias adequadas às necessidades nos últimos dois anos.			x		
A UC realizou o manejo da vida silvestre, de habitat ou recursos naturais adequados as suas necessidades nos últimos dois anos.			x		
A UC realizou ações de divulgação e informação a sociedade nos últimos dois anos.			x		
A UC realizou o controle de visitantes adequado às suas necessidades nos últimos dois anos.			x		
A UC realizou a implantação e manutenção da infraestrutura nos últimos dois anos.			x		
A UC realizou a prevenção, detecção de ameaças e aplicação da lei nos últimos dois anos.			x		
A UC realizou a supervisão e avaliação de desempenho de recursos humanos nos últimos dois anos.			x		
A UC realizou capacitação e desenvolvimento dos recursos humanos nos últimos dois anos.			x		
A UC apoio a organização, capacitação e desenvolvimento das comunidades locais e conselho nos últimos dois anos.			x		
Houve o desenvolvimento de pesquisas na UC nos últimos dois anos, alinhadas aos seus objetivos.			x		
Os resultados da gestão foram monitorados nos últimos dois anos.			x		
A UC desenvolveu ações de educação ambiental nos últimos dois anos.				x	